

Jornalismo de checagem e transparência no Brasil: a utilização de modalidades de transparência pela Agência Lupa

Fact-checking journalism and transparency in Brazil: the use of types of transparency by Agencia Lupa

Paulo Ferracioli ¹

Resumo: Considerando as relações entre Jornalismo e transparência, o presente artigo busca responder à questão: de que maneira o fact-checking no Brasil utiliza os elementos de transparência para construir seus textos noticiosos? Foi feita uma análise de conteúdo de todas as 349 checagens publicadas pela agência Lupa ao longo de 12 meses. Os dados apontam que a transparência ativa estatal foi a mais acionada, representando mais de 65% das ocorrências, enquanto a transparência passiva foi muito rara.

Palavras-Chave: Transparência. Fact-checking. Análise de conteúdo.

Abstract: Considering the relations between Journalism and transparency, this article seeks to answer the question: how does fact-checking in Brazil use elements of transparency to build its news texts? A content analysis of all 349 checks published by the agency Lupa over 12 months was carried out. The data show that state active transparency was the most triggered, representing more than 65% of the occurrences, while passive transparency was very rare..

Keywords: Transparency. Fact-checking. Content analysis.

.....

1 Introdução

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPR. Mestre em Comunicação pela mesma instituição. Jornalista e advogado. Membro do grupo de pesquisa PONTE – UFPR. Bolsista Capes. E-mail: ferracioli.paulo@gmail.com.

Qualquer discussão sobre jornalismo em 2020 precisa estar atenta a uma prática muito específica de atividade: o fact-checking, ou em português, checagem de fatos, que pode ser definido como a checagem de certas frases expressas para conferir se elas são corretas. Essa atividade consiste em trazer dados públicos para relacionar com as afirmações dos indivíduos para apoiar ou refutar a veracidade das alegações (FRIDKIN; KENNEY; WINTERSIECK, 2015).

O destaque recebido nos últimos anos por esse estilo de jornalismo e que levou à sua consolidação não só no Brasil como em outros países é em grande parte decorrente do imenso fluxo de informações de caráter duvidoso que circula nas redes sociais digitais (fenômeno conhecido como fake news).

Diante desse cenário, mostra-se interessante investigar de que maneira a checagem de fatos se relacionou com a transparência, ou seja, com a capacidade do Estado de produzir informações e de torná-las disponíveis aos cidadãos sem restrições. Por isso, a questão de pesquisa que conduz a pesquisa é: de que maneira o fact-checking no Brasil utiliza os elementos de transparência para construir seus textos noticiosos?

O artigo está estruturado da seguinte forma: a seguir, será apresentada uma revisão de literatura sobre jornalismo e transparência. A seção seguinte contextualiza os agentes de checagem e apresenta a Agência Lupa, que é o foco da presente investigação. Depois serão detalhados os aspectos metodológicos do trabalho e apresentados os achados. Por fim, haverá uma discussão fundamentada sobre os resultados.

2 Transparência e Jornalismo

O termo transparência só passou a ser amplamente utilizado no final do século XX, ainda que muitas vezes seja só uma qualidade necessária para a democracia, mas sem preocupação em defini-lo (HOOD, 2007). Uma definição de transparência útil provém de Grimmelikhuijsen et al. (2013), que a compreendem como “disponibilidade de informações sobre uma organização ou ator que permita a atores externos monitorarem o funcionamento interno ou a performance dessa organização” (p. 576).

O pressuposto por trás da transparência é o de que a maior divulgação de informações acarretará um processo político mais efetivo, uma vez que o público poderá tomar decisões com mais fundamentos (FILGUEIRAS, 2011). Os autores costumam enfatizar não apenas a descrição do que é a transparência, mas também em um aspecto propositivo: a transparência é vista como responsável por demonstrar o bom funcionamento de uma instituição (MEIJER, 2009).

É nesse contexto que se justifica incluir o Jornalismo enquanto agente com papel relevante para reforçar as iniciativas de transparência – não apenas ao divulgar para o público amplo a existência de tais recursos, mas, também, ao pressionar instituições oficiais a atualizarem as informações e ao solicitarem informações que, eventualmente, podem se transformar em pauta..

A transparência é aspecto essencial para a realização do jornalismo e com ela dialoga no seu desenrolar. Isso porque não basta apenas compreender a transparência como o ato de tornar públicas as informações, mas levar em conta a necessidade de gerenciamento da visibilidade dos dados que permitam uma melhor administração da coisa pública (FLYVERBOM; CHRISTENSEN; HANSEN, 2015). Nesse ponto, a utilização das iniciativas de transparência por parte de Jornalismo pode representar um compartilhamento das visões do que é relevante para ser discutido, inclusive no âmbito político (BIROLI, 2013).

Ao olhar mais de perto para as relações entre transparência e jornalismo, é possível notar ampla literatura destinada a averiguar como o Jornalismo se aproveitou desses institutos. Lidberg (2009) buscou compreender se a legislação propiciava acesso independente aos jornalistas para os dados governamentais. As descobertas mostraram que países pioneiros em transparência, como os Estados Unidos, hoje não apresentam boas condições de acesso a dados públicos. Nesse ponto, o Jornalismo, por meio do seu papel fiscalizador, pode ser um agente capaz de incrementar as experiências de transparência.

Ainda mais ao pensar que a quantidade disponível de dados e informações disponíveis aumenta cada vez mais, sem que se possa enxergar um limite (MARSH, 2011). A mera existência dos dados, assim, já não garante que a transparência se torne efetiva. A atuação do Jornalismo, portanto, pode permitir que a informação disponível se torne pronta ao escrutínio

público e seja atraída para o centro das discussões, inclusive para a tomada de decisões (ZINNBAUR, 2007).

A função *watchdog* do Jornalismo, em particular, já foi apontada como responsável por maximizar a transparência ao trazer ao público em geral informações que antes não estavam expostas e permitir que os cidadãos possam fazer escolhas melhor informadas, especialmente no momento eleitoral (NORRIS; ODUGBEMI, 2010).

É preciso destacar, no entanto, que ao mesmo tempo em que a partir da segunda metade do século XX as leis de acesso à informação que garantem transparência são aprovadas nos mais diversos países do mundo, não há uma garantia de que a liberdade de imprensa e boas condições para a prática do jornalismo acompanhem, como mostram os recentes índices destinados a averiguar esse cenário (CAMAJ, 2016).

A literatura acadêmica já apontou de que maneira opera a relação entre jornalistas e dispositivos de transparência em diversos países do mundo. Em Montenegro, por exemplo, os jornalistas são os agentes que menos formulam pedidos por meio da lei de acesso à informação, resultado oposto àquele encontrado no Kosovo, na qual a classe de repórteres é a que mais utiliza esse dispositivo da LAI para acionar o governo. Os atrasos nas respostas, o acesso a dados que são truncados e de difícil compreensão e a impossibilidade de produzir conteúdo que demande apuração de longo tempo foram os principais fatores apontados em entrevistas conduzidas pela autora (CAMAJ, 2016).

Em um olhar conjunto para os três países balcânicos pesquisados (Albânia, Kosovo e Montenegro), foi possível perceber que a adoção de medidas de transparência foi resultado de pressão internacional, especialmente porque essas nações desejavam ingressar na União Europeia. Não se tratou assim de uma disposição dos líderes locais em aprimorar a transparência estatal, nem tampouco pressão da imprensa ou de grupos da sociedade civil que pleiteassem a aprovação de leis com esse conteúdo.

Isso acarreta um ambiente político apto a gerar obstáculos para o bom funcionamento das previsões legais, bem como de sua utilização por parte dos jornalistas (CAMAJ, 2016). Sem demanda interna, não houve mudanças substanciais na transparência governamental, embora houvesse previsão legal e até mesmo suporte por parte do Judiciário, que proferiu

decisões que garantiam ao cidadão liberdades mais amplas de ter conhecimento a dados públicos.

Camaj (2018) investigou também na Bulgária como se deu o processo de mobilização para aprovação da lei de acesso à informação búlgara, que ocorreu em 2000. Lá, os jornalistas foram um grupo de pressão relevante para pleitear a criação da legislação. A transparência aparece ligada ao exercício da profissão quando os próprios jornalistas reconhecem, em entrevistas a Camaj (2018) que se consideram cumprindo seu papel *watchdog* ao levar à população as informações que eles obtêm por meio de leis de acesso. Dentre as motivações apontadas para usar o recurso, estão confirmar informações que os profissionais obtiveram por outros meios, tornar os ocupantes de cargos públicos *accountable*, tornar mais valiosa a publicação e explorar novas informações a que a mídia não tinha acesso até então. Além disso, jornalistas admitem que eles utilizam os pedidos de acesso à informação para provocar instituições, especialmente aquelas que dificultam a obtenção de dados e se mostram não-transparentes (CAMAJ, 2018).

O que foi percebido por Camaj, contudo, é que as fronteiras profissionais que caracterizavam a prática do jornalismo foram borradas, porque a defesa da lei de acesso foi considerada como ativismo. Isso, no entanto, não foi percebido como uma falha, pois houve a percepção de que a qualidade do material jornalístico publicado melhorou, bem como o papel democrático da mídia foi fortalecido.

Alguns estudos no Brasil já buscaram apontar alguns aspectos da L.A.I. na rotina de produção jornalística. É o caso de Sousa e Geraldles (2016), cujo trabalho diagnosticou certas dificuldades impostas aos profissionais de imprensa para utilizar a L.A.I. tendo em vista os prazos de resposta previstos pela norma (que afetam a velocidade exigida para a produção jornalística) e mesmo a falta de aptidão dos jornalistas para processar os dados que lhes são oferecidos após consulta.

Apresentado o panorama sobre as relações entre Jornalismo e transparência, é necessário apresentar o jornalismo de checagem de fatos, que é o objeto dessa presente pesquisa.

3 Jornalismo de Fact-checking

Na definição trazida por Vargo, Guo e Amazeen (2018), “o que distingue os *fact-checkers* contemporâneos como *Politifact* e *Factcheck.org* das práticas jornalísticas tradicionais são seu foco em determinar e chamar atenção para a precisão de uma afirmação em vez de eliminar erros e falsidades na escrita da reportagem” (p. 2). O histórico da aparição da checagem isolada é apontado como tendo início a partir de uma iniciativa do jornalista Brooks Jackson na CNN, que produziu checagens ao longo das primárias norte-americanas para presidente em 1991 (SEIBT, 2019). Esse tipo de prática teve larga expansão com a expansão da Internet, dando origem ao surgimento de vários grupos. Nos Estados Unidos, há mais de uma década agências se dedicam a esse processo: *Factcheck.org* (existente desde 2003), *Politifact.com* (iniciado em 2007), entre outros. Além disso, há jornais que possuem equipe própria de *checkers* e mantêm iniciativas afins.

Essa curva crescente de entidades de checagem está relacionada à democratização da produção de conteúdo e a consequente disseminação intensa de desinformação, um fenômeno que vem sendo conhecido como *fake news* (AMAZEEN, 2020). O próprio apoio fornecido pelas agências de checagem pelas empresas de redes sociais como o Facebook forneceu mais visibilidade e influência para as agências de checagem e o Jornalismo produzido por elas.

No Brasil, os primeiros registros de checagem oferecida ao público como produto separado podem ser encontrados em 2010, quando o jornal Folha de S. Paulo manteve uma seção intitulada Mentirômetro, na qual eram destacadas falas de concorrentes à eleição presidencial e para governador do Estado de S. Paulo daquele ano e o fato que correspondia àquela declaração. Ao lado de cada fala, era incluído um rótulo, que permitir ao leitor saber se aquela afirmação era verdadeira ou não.

Assim, é possível constatar alguns pontos que marcam a prática da checagem e ajudam a conceituar. O discurso de afirmação da checagem é construído em torno do seu método, que se amparam no que é defendido pela IFCN e adotado pelos quatro entes que embasam a pesquisa: apartidarismo, transparência de fontes, transparência no financiamento, transparência na metodologia e abertura para correções.

Esse estilo de jornalismo praticado pelos sites de *fact-checking* é também conhecido como jornalismo de verificação. A diferenciação de outros estilos de jornalismo não ocorreria

no tema abordado, mas pelo modo como aborda os tópicos (SEIBT, 2019). Há o que pode ser considerado como meta persuasiva de discurso, porque o texto da checagem busca a todo momento convencer o leitor de que os elementos estão ali disponíveis para que qualquer um confira e chegue à mesma conclusão.

O *fact-checking*, além disso, se orienta por três objetivos: educar o público, aperfeiçoar o comportamento político e também melhorar a maneira com que se pratica o Jornalismo. Há a intenção de, através dele, reduzir a possibilidade de que informações incorretas venham a interferir no desenrolar da convivência democrática. Assim, ela pode ser compreendida como uma “uma ferramenta para a construção de democracia que emerge onde as instituições democráticas são percebidas como fracas ou sob ameaça” (AMAZEEN, 2020, p. 5).

Ainda que esteja inserido em um universo digital no qual a agilidade parece ser uma característica essencial, o jornalismo de checagem opta por desacelerar o trabalho jornalístico. O foco da atividade não é o furo, nem *breaking news*. Mesmo que existem atividades mais imediatas, com as checagens de debates feitas ao vivo, a verificação de falas e conteúdos não tem a preocupação de só abordar assuntos recentes (SEIBT, 2019). A própria popularização da checagem, contudo, acaba por mitigar esse caráter, pois os checadores buscam acelerar a entrega de checagens para verificar frases que acabaram de ser proferidas.

No presente artigo, optou-se por analisar apenas uma agência de checagem brasileira. O critério para a escolha nesse caso foi buscar nas redes sociais qual ator de checagem possuía mais seguidores, porque a atuação desses agentes jornalísticos acontece especialmente no campo digital: conforme exposto nos capítulos anteriores, trata-se de uma prática jornalística que teve um ápice recente com presença quase exclusiva nos meios digitais, o que demonstra a validade do critério.

No Brasil, a agência com maior presença nas redes sociais é a Agência Lupa (<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa>), que conta com mais de 177 mil seguidores no Twitter (os dados sobre quantidade nas redes sociais são de agosto de 2020).

A agência foi fundada pela jornalista Cristina Tardáguila, que foi a responsável por uma das iniciativas pioneiras no Brasil, o blog Preto no Branco. Abaixo segue exemplo de checagem da Agência Lupa:

IMAGEM 1 – Checagem da Agência Lupa

“A proporção é maior do suicídio conforme [cresce] o grau de instrução”

Osmar Terra, ministro da Cidadania, em simpósio na Câmara dos Deputados no dia 10 de setembro de 2019

FALSO

De acordo com os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do DataSUS, o maior índice de suicídio não está entre as pessoas que têm maior grau de instrução no país. A taxa cresce na comparação dos grupos de menor escolaridade – sem escolaridade e de um a sete anos de estudo -, mas cai nas faixas de instrução mais alta – de oito a 11 anos de estudo e de 12 anos ou mais.

Fonte: Agência Lupa (2020)

Assim, tendo justificado a escolha do objeto empírico, é possível apresentar os outros procedimentos metodológicos que conduziram a investigação.

4 Aspectos Metodológicos

No que diz respeito ao recorte temporal, destaca-se que o período de um ano foi escolhido por ser longo o suficiente para evitar que particularidades de algum mês pudessem influenciar os resultados finais. Optou-se também por não escolher o período eleitoral, porque até mesmo a necessidade de maior agilidade dos checadores nesse contexto poderia alterar os resultados. Em razão disso, o período de 01 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018 pareceu adequado para o objetivo aqui buscado.

Para obter todas as checagens publicadas no período, foi concebida uma estratégia indireta, na qual os posts no Twitter serviriam como caminho para obtenção do texto integral. Assim, o primeiro passo foi feito por meio da ferramenta Twittonomy, que forneceu uma lista de todos os tweets publicados no período indicado.

A partir da lista dos tweets, foram lidas todas as checagens postadas pelo autor da pesquisa que foi o único codificador. Isso resultou em um conjunto de 349 checagens nesse período de um ano, que constituem as unidades de análise dessa pesquisa.

O artigo optou por utilizar a análise de conteúdo, metodologia indicada para encontrar categorias em uma quantidade determinada de textos (BARDIN, 2011). Desse modo, em todos os textos foi apontada a fonte utilizada para embasar a verificação das declarações, elas poderiam ser encaixadas em sete possibilidades: transparência ativa, transparência passiva, dados de entes não-estatais, meios de comunicação, redes sociais, assessoria de imprensa e declarações públicas.

5 Apresentação e discussão dos resultados

A classificação das checagens do período de 12 meses escolhido resultou na seguinte divisão. A primeira coluna traz a modalidade da fonte utilizada, a segunda diz respeito à quantidade de aparições e a terceira coluna contém o valor percentual da aparição.

Quadro 1 – Fontes das Checagens

TRANSPARÊNCIA ATIVA	230	65,90%
DADOS DISPONIBILIZADOS POR TERCEIROS	61	17,40%
DECLARAÇÕES	15	4,20%
PESQUISAS EM REDES SOCIAIS	14	4%
ASSESSORIA DE IMPRENSA	13	3,70%
OUTROS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	11	3,10%
TRANSPARÊNCIA PASSIVA	5	1,40%
TOTAL	349	100%

Fonte: o autor (2020)

Como é possível ver no quadro, a fonte mais recorrente para embasar as checagens foram dados provenientes de transparência ativa, ou seja, aqueles fornecidos pelo Estado sem que o cidadão precisa perguntar de maneira específica.

Dentre esses dados, é possível destacar alguns entes públicos que foram muito acionados e que ajudam a construir o cenário da utilização da transparência pelos checadores. O IBGE foi utilizado 18 vezes . o principal motivo foi o fato de ser responsável pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), o que o relacionou a checagens com tema econômico.

Outra fonte foram os ministérios, ou seja, a estrutura do Executivo federal: foram 22 textos que mencionaram esses entes. Até mesmo porque possuem mais estrutura e são relacionados a todo país, esses sites de cada ministério são uma fonte de informações útil para a atividade. Do Ministério da Justiça, é possível citar especificamente o Infopen (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias) que contém ampla base de dados sobre a situação carcerária nacional.

21 checagens dessa categoria utilizaram dados vindos do Poder Legislativo em nível federal, ou seja, Câmara dos Deputados e Senado, cujo site fornece levantamentos sobre assuntos de segurança pública e economia elaborados pelas consultorias e voltados para consumo dos parlamentares, mas que também está disponível para o cidadão e, conseqüentemente, para o exercício do Jornalismo. Outro uso comum de dados das casas legislativas foram as listas de presença e de votação de cada projeto, o que permitiu que fosse verificado o voto de congressistas em matérias específicas.

O acesso ao portal da transparência (<http://www.portaltransparencia.gov.br/>), endereço mantido pela Controladoria Geral da União e que centraliza diversas informações do governo federal, foi mencionado em nove checagens. Muitos dados ainda podem ser encontrados só no site do ministério ou órgão federal, o que explica que a menção aos sites individuais supere as menções ao portal da transparência.

Com sete ocorrências restou classificado o uso do Diário Oficial da União pelos checadores para obtenção de informação. Esse documento com edições diárias traz informações sobre atos como nomeações e exonerações que são públicas e acessíveis sem qualquer necessidade de cadastro.

Outro importante agente no aspecto da transparência ativa foi o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que possui bases com dados detalhados sobre as eleições no Brasil e foi fonte de 14 das checagens. Assim, quando houve declaração relacionada às eleições, foram as informações sobre comparecimento às urnas, percentuais de votos em candidatos desde a redemocratização e sobre perfil do eleitorado que basearam a checagem.

É importante também mencionar que informações disponibilizadas ativamente pelo Poder Judiciário foram utilizadas 22 vezes, em subcategoria que foi denominada acesso a processo eletrônico. O trâmite dos processos nos tribunais brasileiros ocorre por meio digital, de modo que todas as peças processuais podem ser acessadas livremente, o que pode explicar as várias menções.

Os outros entes que disponibilizaram dados de maneira ativa e foram citados pela Lupa ao longo desse ano não tiveram mais do que duas menções cada e por isso não serão exploradas de maneira detalhada nesse artigo.

No que diz respeito à transparência passiva, ou seja, no fornecimento de informações pela administração pública apenas depois de provocada, só houve cinco checagens ao longo de todo esse período de doze meses que a utilizam. As checagens que mencionaram esse pedido via Lei de Acesso à Informação foram todas relacionadas a um mesmo tema, no caso, o programa Mais Médicos. A agência de checagem obteve por meio de solicitação informações sobre as vagas em faculdades de medicina e de residência criadas.

A tão rara utilização desse recurso garantido por lei pode indicar, como já apontado em outras pesquisas brasileiras (SOUSA; GERALDES, 2016), que o fluxo temporal dos pedidos via LAI não é adequado para a prática do jornalismo. Mesmo em um gênero no qual o imediatismo não é tão presente (SEIBT, 2019), a espera para que a administração forneça os dados e a necessidade frequente de recorrer a instâncias superiores para obter a informação desejada impedem que as checagens possam ser embasadas nesse estilo de dados. Perde-se a

oportunidade de verificar declarações cujos dados não estejam abertos e demandem sua solicitação pelos profissionais.

Ainda que não se relacionem diretamente com a transparência estatal, é relevante se atentar para os dados utilizados pela Lupa que foram sistematizados por entes não-estatais. Alguns são organismos multilaterais que produzem relatórios sobre os cenários nacionais e incluem o Brasil: OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), ONU (Organização das Nações Unidas), OMS (Organização Mundial da Saúde) e OIT (Organização Internacional do Trabalho) foram alguns que apareceram nessa análise. Também merecem menção grupos brasileiro da sociedade civil que serviram de base para as checagens da Lupa, como o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Instituto Sou da Paz e o Observatório da Complexidade Econômica.

Outro grupo de fontes mencionado nas checagens são outros meios de comunicação, que servem para embasar o conteúdo jornalístico de verificação. Alguns foram veículos de expressão nacional, como G1 e Folha de S. Paulo, mas houve espaço também para meios de nicho, como a revista Petro & Química.

Uma estratégia muito comum no jornalismo tradicional, que é a obtenção de informações para a escrita de reportagens, não foi tão recorrente aqui nas checagens e só apareceu em 3,70% dos casos. Isso pode indicar que o jornalista de checagem dá preferência a encontrar a informação disponibilizada ativamente para só acionar assessores quando não encontrou o dado buscado.

6 Considerações Finais

A pesquisa aqui desenvolvida permitiu que se encontrasse um foco específico da agência de checagem brasileira: o uso de informações disponibilizadas de maneira ativa pelos entes governamentais. Esse estilo de transparência representou a fonte mais comum das checagens e se expressou das maneiras mais diversas: o portal da transparência do governo federal, relatórios e pesquisas do IBGE, informações de processos judiciais eletrônicos e dados disponibilizados pelo Congresso, para citar os mais frequentes.

Nesse ponto, é preciso considerar que a rapidez da atividade jornalística implica em encontrar o meio mais fácil de obter informação que munície o repórter para a elaboração de seu produto final, no caso a checagem. Se o Estado já a disponibiliza na Internet, é muito mais fácil que o meio de comunicação a utilize, o que parece explicar o sucesso dessa modalidade para a agência Lupa.

Relacionando essa prática com um aspecto democrático, é possível dizer que essa utilização pode concretizar uma atuação do jornalismo enquanto mediador da transparência estatal. A experiência na atividade que desempenha cotidianamente permite que o repórter (aqui mais especificamente o checador) saiba em quais locais encontrar as informações estatais relevantes, o que o cidadão comum muitas vezes desconhece.

Ao escrever a checagem embasada nesses dados e oferecer o texto com a indicação correta de onde encontra-la, o jornalismo de checagem permite que a transparência possa ser concretizada de maneira mais eficiente. Garante-se, com essa prática, que os dados sejam mais inteligíveis, pois inseridos dentro de um contexto.

A prática dos checadores de sempre apontar por meio de links (que remetem ao local original onde estão armazenados os dados), por mais que esteja baseada numa política da atividade de permitir que o leitor saiba como o resultado foi atingido, atinge um fim ainda mais eficiente pra democracia: permitir que a população em geral compreenda que a transparência é mais do que princípio que deve guiar a administração pública, mas também um elemento estatal que tem finalidades úteis no dia-a-dia.

É preciso reconhecer que o presente artigo só se debruçou sobre um único ano de atuação do agente jornalístico, de modo que é difícil impor generalizações que serviriam para compreender a atuação dos checadores brasileiros em geral.

No entanto, a pesquisa aponta alguns caminhos que poderiam ser desenvolvidos em pesquisas futuras. Abordagens qualitativas que obtivessem informações dos jornalistas sobre sua atuação seriam, em razão disso, muito proveitosas. A realização de entrevistas semiestruturadas ou de observação participante traria elementos sobre a percepção dos profissionais sobre sua utilização de transparência no dia-a-dia. A comparação com os dados provenientes das checagens aqui apresentadas representaria um belo cenário para se traçar

exatamente o caminho percorrido pelos jornalistas da formulação da pauta até a publicação do texto de verificação.

Referências bibliográficas

AMAZEEN, Michelle A. Journalistic interventions: The structural factors affecting the global emergence of fact-checking. **Journalism**, v. 21, n. 1, p. 95–111, 2020. DOI: 10.1177/1464884917730217.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BIROLI, Flávia. Limites da Política e Esvaziamento dos Conflitos: o Jornalismo como Gestor de Consensos. **Revista Estudos Políticos**, n. 6, p. 126–143, 2013.

CAMAJ, Lindita. From ‘window dressing’ to ‘door openers’? Freedom of Information legislation, public demand, and state compliance in South East Europe. **Government Information Quarterly**, v. 33, n. 2, p. 346–357, 2016. DOI: 10.1016/j.giq.2016.03.001.

CAMAJ, Lindita. Blurring the boundaries between journalism and activism: A transparency agenda-building case study from Bulgaria. **Journalism**, v. 19, n. 7, p. 994–1010, 2018. DOI: 10.1177/1464884916677757.

FILGUEIRAS, Fernando. Além da transparência: accountability e política da publicidade. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 84, p. 65–94, 2011. DOI: 10.1590/S0102-64452011000300004.

FLYVERBOM, Mikkel; CHRISTENSEN, Lars Thøger; HANSEN, Hans Krause. The transparency-power nexus: Observational and regularizing control. **Management Communication Quarterly**, v. 29, n. 3, p. 385–410, 2015. DOI: 10.1177/0893318915593116.

FRIDKIN, Kim; KENNEY, Patrick J.; WINTERSIECK, Amanda. Liar, Liar, Pants on Fire: How Fact-Checking Influences Citizens’ Reactions to Negative Advertising. **Political Communication**, v. 32, n. 1, p. 127–151, 2015. DOI: 10.1080/10584609.2014.914613.

GRIMMELIKHUIJSEN, Stephan; PORUMBESCU, Gregory; HONG, Boram; IM, Tobin. The effect of transparency on trust in government: A cross-national comparative experiment. **Public Administration Review**, v. 73, n. 4, p. 575–586, 2013. DOI: 10.1111/puar.12047.

HOOD, Christopher. What happens when transparency meets blame-avoidance? **Public Management Review**, v. 9, n. 2, p. 191–210, 2007. DOI: 10.1080/14719030701340275.

LIDBERG, Johan. The International Freedom of Information Index: A Watchdog of Transparency in Practice. **Nordicom Review**, v. 30, n. 1, p. 167–182, 2009.

MARSH, Kevin. The Illusion of Transparency. **The Political Quarterly**, v. 82, n. 4, p. 531–535, 2011. DOI: 10.1111/j.1467-923X.2011.02247.x.

MEIJER, Albert. Understanding modern transparency. **International Review of Administrative Sciences**, v. 75, n. 2, p. 255–269, 2009. DOI: 10.1177/0020852309104175.

NORRIS, Pippa; ODUGBEMI, Sina. Evaluating Media Performance. *In: Public Sentinel: News Media & Governance Reform*. Washington, D.C: Banco Mundial, 2010.

SEIBT, Taís. **Jornalismo de verificação como tipo ideal: a prática de fact-checking no Brasil**. 2019. Porto Alegre-RS, 2019.

SOUSA, Janara; GERALDES, Elen. O impacto da lei de acesso à informação nas rotinas produtivas do Jornalismo brasileiro. **Revista Eptic**, v. 18, n. 3, 2016.

VARGO, Chris J.; GUO, Lei; AMAZEEN, Michelle A. The agenda-setting power of fake news: A big data analysis of the online media landscape from 2014 to 2016. **New Media & Society**, v. 20, n. 5, p. 2028–2049, 2018. DOI: 10.1177/1461444817712086.

ZINNBAUR, D. Transparency and Information Disclosure in E-Government. *In: ANTTIROIKO, Ari-Veikko; MALKIA, Matti (org.). Encyclopedia of Digital Government*. Hershey, Pennsylvania: IGI Global, 2007. p. 1566–1571. DOI: 10.4018/978-1-59140-789-8.ch240.